



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 23-05-2023.

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às dez horas e quatro minutos, conforme Resolução nº 0589/22, reuniu-se, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Também participou do encontro o vereador Engenheiro Comasseto. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada sua leitura. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 002/23 (Processo nº 0014/23); à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 008/22 (Processo nº 0019/22) e, também à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 060/23 (Processo nº 0123/23). Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia dezanove de maio do corrente, o seguinte Parecer: nº 039/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 112/21 – Processo nº 0311/21), de autoria da vereadora Cláudia Araújo. E, no dia vinte e dois de maio do corrente, os seguintes Pareceres: nº 040/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 526/21 – Processo nº 1196/21), de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino; nº 041/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 134/23 – Processo nº 0258/22), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger; nº 042/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 027/22 – Processo nº 0057/22), de autoria do vereador Aldacir Oliboni e, nº 043/23 (Indicação nº 015/23 – Processo nº 0177/23), de autoria da vereadora Mônica Leal. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Servidões nos bairros Vila Assunção e Vila Conceição”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Guilherme Castanheira, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (SMAMUS); Nelson Marisco, procurador da Procuradoria Geral do Município (PGM); Tomás Holmer, diretor de Gestão de Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP); Rodney Guterro Junior, assessor técnico da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSURB); André Huyer, morador da zona sul da Capital; Marisa Carpes, moradora do bairro Assunção; Mariângela Milhoranza, professora universitária e moradora do bairro Assunção; Roberto Coral, morador da Vila Assunção na Pereira Passos; Lerry Granville, morador da Vila Assunção; Alexandre Rezende, morador do bairro Tristeza e integrante da associação APROVA; Jacqueline Custódio, moradora do bairro Tristeza; Douglas Mallmann, representante da SMP; Reginaldo Bidigaray, representante do gabinete do Prefeito e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, efetuou comentários diversos sobre o assunto, passando a condução dos trabalhos para a vereadora proponente da pauta e aos demais presentes para suas

manifestações. A vereadora Lourdes Sprenger informou ser a proponente da pauta e destacou que o presente tema vem sendo discutido há muitos anos entre os moradores e as autoridades, em função da necessidade de melhoramentos na preservação viária e no sistema de arborização local, bem como o combate à insegurança decorrente da inexistência de iluminação adequada nas passagens das servidões da comunidade. Após, comentou sobre os demais problemas relacionados à infraestrutura do bairro, tais como danos na pavimentação asfáltica e nas tampas boca-de-lobo da rede de escoamento pluvial e de esgoto do bairro. Após, enfatizou não ser a intenção expulsar os moradores das servidões e lembrou, ainda, que o presente debate não irá se esgotar nesta reunião. Por fim, apresentou diversos encaminhamentos a serem registrados em Ata. O senhor André Huyer informou ter efetuado estudos técnicos sobre a região por mais de dez anos durante a realização do curso de pós-graduação em planejamento urbano, destacando a importância das passagens aos pedestres, moradores do bairro e usuários em geral. Após, apresentou o histórico do aspecto topográfico da região, situação das praças e das servidões que são utilizadas para unir as ruas muito compridas e encurtar o caminho dos transeuntes; destacou que a vila Assunção é considerada uma área especial de interesse cultural e cobrou ações criativas por parte do Executivo para implementar soluções aos diversos pontos de infraestrutura degradados na comunidade. Por fim, lembrou que as passagens foram invadidas no decorrer dos anos por pessoas de todos os matizes econômicos; destacou que a Prefeitura não vem cumprindo o Termo de Ajustamento Conduta (TAC) efetuado junto ao Ministério Público Estadual (MPE) e cobrou providências concretas para a manutenção do bairro no padrão de Cidade Jardim, que prevê uso estritamente residencial, conforme originalmente planejado e mantido em diversas grandes cidades do mundo. Considerou, ainda, que todas as partes saem perdendo nos processos de invasão e degradação do local; criticou a autorização para edificações de prédios na região e comentou sobre a restrição de mobilidade urbana no deslocamento viário entre os pontos em função das peculiaridades topográficas do bairro. A senhora Mariângela Milhoranza, informou ser moradora do bairro Assunção desde o seu nascimento há 50 anos atrás; comentou sobre as atividades promovidas pela associação “Moradores pela Assunção”, da qual foi sócia-fundadora e que tem atuação voltada para as questões ambientais e auxílio na remoção de lixo acumulado nas servidões; criticou o atual estado de abandono do local pelo poder público e alertou para o risco de acidente em buraco em determinada servidão, com aproximadamente um metro e setenta e cinco centímetros de profundidade, utilizado como depósito de lixo e que traz grande perigo à integridade física das crianças e pessoas idosas que transitam no local. Por fim, criticou o processo de invasão promovido por pessoas com e sem poder aquisitivo, o qual é facilitado pela inexistência de fiscalização pública, solicitando, ainda, maior atenção às questões culturais, históricas e ambientais nos locais de passagens da comunidade. O senhor Alexandre Rezende solicitou mais investimentos por parte do poder público para o recolhimento regular de lixo e outros dejetos nas servidões; melhoria da iluminação para reforçar a segurança do local, alertando, também, que os pontos de passagens das áreas periféricas do bairro são as mais perigosas. O senhor Nelson Marisco sugeriu consulta à comunidade para a definição das passagens prioritárias a serem inicialmente melhoradas. Destacou, ainda, a criação de um grupo de trabalho na Prefeitura Municipal para tratar do assunto; comentou sobre a ação judicial em andamento para a retomada de passagem ocupada na região e solicitou mobilização popular para dialogar com desembargador responsável pelo processo visando trazer mais elementos técnicos e peculiaridades do bairro, antes do julgamento da ação que irá ocorrer na próxima quinta-feira, onde a PGM busca a recuperação de área pertencente ao Município e que contém construção irregular. Por fim, destacou a necessidade do entendimento amplo desse caso pela justiça e, por tal motivo, reitera a importância da participação da comunidade no referido processo. O vereador Aldacir Oliboni considerou ser obrigação do poder público municipal a implementação de soluções viáveis e concretas para a solução das invasões nos locais de passagens, sugerindo, ainda, uma visita dos vereadores da Cosmam na vila Assunção no prazo de trinta dias para verificar a presente conjuntura. No referido encontro, solicitou, ainda, a presença de representantes do DMLU, SMS e demais secretarias envolvidas na definição de cronograma regular de remoção do lixo, melhorias na iluminação pública e ações voltadas ao combate do

mosquito da dengue, entre outras demandas apresentadas. Solicitou, ainda, maior diálogo e a devida compreensão por parte do poder público para a solução dos sensíveis impasses sociais debatidos nesta pauta; reiterou a defesa por ações rotineiras do recolhimento de mato e lixo acumulados que dificultam a utilização segura dos locais de passagens. Por fim, considerou que a comunidade pode efetuar parceria para contribuir na implementação das demandas, mas destacou ser do poder público a responsabilidade pelas manutenções requeridas no bairro. Apontou, ainda, que o Executivo Municipal vem descumprindo o regramento do índice construtivo ao autorizar construções com altura superior à estabelecida no Plano Diretor em diversos bairros residenciais da cidade. O vereador Engenheiro Comasseto lembrou da audiência pública realizada no ano de dois mil e dez durante a revisão do Plano Diretor onde as questões debatidas na presente reunião já foram tratadas na ocasião, havendo, na época, o encaminhamento para implementação de medidas para melhorar a segurança e remoção de lixo nas servidões. Destacou, ainda, que desde então os problemas se agravaram para a disseminação de conflitos entre proprietários do bairro com as famílias que residem nas servidões desde a década de mil novecentos e sessenta. Reiterou, também, o direito de todos à moradia e considerou equivocada a agenda pela simples expulsão dessas pessoas diante da existência de aproximadamente mil e quinhentas áreas públicas à venda pela Prefeitura Municipal, onde algumas delas poderiam ser disponibilizadas para assentamento desses moradores. Em prosseguimento, manifestou apoio às melhorias solicitadas pela comunidade e usuários das passagens e se colocou como parceiro na busca de soluções concretas às demandas de todas as partes envolvidas. Por fim, sugeriu que a vereadora Lourdes Sprenger apresente ao prefeito Sebastião Melo a alternativa de reassentamento dos moradores, tendo em vista a maior facilidade de contato por serem integrantes do mesmo partido político. Ressaltou, ainda, que a Organização Não Governamental (ONG) Gatitas, a qual possui sede em uma das servidões do bairro, foi constituída em período recente. A vereadora Cláudia Araújo destacou a importância da discussão conjunta dos assuntos pontuais do bairro e lembrou de outras passagens públicas da região igualmente ocupadas de forma irregular, como é o caso da servidão do Cantão localizado em bairro da zona sul da Capital. Em prosseguimento, manifestou preocupação quanto a autorização concedida pela Administração para construção de empreendimento privado em área de servidão e acrescentou que a realocação de moradores não deve ser atribuída exclusivamente ao prefeito, pois seria muito fácil ocupar outras áreas e exigir do Prefeito todas as soluções para reassentamento. Por fim, defendeu a permanência das servidões com a devida ação rotineira de limpeza e iluminação pública adequada, ressaltando, também, a importância da participação popular na readequação do Plano Diretor da cidade. O senhor Guilherme Castanheira comentou sobre o relatório técnico elaborado pela SMAMUS e já encaminhado ao Ministério Público, contendo abordagens sobre a estruturação urbana, importância cultural das passagens, instrumento de redução de percursos para deslocamento das pessoas em locais com topografia inclinada e de difícil acesso para os automóveis. Por fim, comentou outras questões estruturais, regramentos urbanísticos e contrapartidas em territórios de ocupação com lindeiros, entre outros tópicos abordados. O senhor Douglas Mallmann destacou que as soluções das passagens de pedestres terão como base o relatório técnico elaborado pela SMAMUS. Por fim, também comentou sobre a construção irregular na servidão da avenida Pereira Passos e a ação judicial impetrada pelo Executivo para a demolição de imóvel e recondução de posse ao poder público municipal. O senhor Reginaldo Bidigaray destacou a importância de os vereadores e a comunidade envolvida tomar ciência do conteúdo do relatório da SMAMUS. Após, endossou a proposta do vereador Aldair Oliboni em visitar a Vila Assunção juntamente com representantes da Prefeitura para verificar a situação atual para definir as ações de limpeza e iluminação das passagens, acrescentando, ainda, que a Prefeitura Municipal, já neste primeiro momento, poderá contribuir na execução das demandas prioritárias inicialmente apresentadas. Por fim, reiterou que a comunidade também pode apoiar o movimento pela demolição do imóvel privado da servidão da avenida Pereira Passos através do envio de e-mail ao desembargador responsável pela relatoria da ação judicial. Enfatizou, também, que o gabinete do Prefeito se encontra à disposição para auxiliar a comunidade nos procedimentos possíveis que estiver ao alcance do poder público. E, o senhor Rodney Guterro Júnior confirmou a visita dos técnicos da

SMSURB na vila Assunção para mapear as ações de reparos; respondeu questões e dúvidas específicas debatidas neste encontro e comentou sobre melhorias a serem implementadas nas praças, bem como o fechamento de buracos nas vias urbanas do bairro. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e Lourdes Sprenger. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar em data a ser definida uma visita da comitiva de vereadores da Cosmam na Vila Assunção, juntamente com técnicos da Prefeitura, para verificar a situação das servidões daquela localidade, contando com a participação de representantes do DMLU, SMAMUS e demais serviços auxiliares do Executivo envolvidos no atendimento das demandas apresentadas nesta reunião; 2) apoiar a ação dos moradores para definirem através de grupo do aplicativo WhatsApp as passagens prioritárias a serem inicialmente restauradas; 3) solicitar ao Executivo o envio de cópia do relatório técnico elaborado pela SMAMUS que inclui a análise dos pontos de passagens do bairro a ser encaminhado a todos os vereadores da Comissão; 4) estimular a participação dos moradores através do envio de e-mails ao judiciário visando esclarecer a importância das servidões para a comunidade local nos aspectos logísticos, ambientais e de segurança para a região, tendo em vista a data iminente para julgamento da ação referente à demolição de obra irregular na servidão da avenida Pereira Passos; e, 5) enviar Pedido de Informação ao Executivo solicitando esclarecimentos sobre autorização para construção de edifícios em diversos bairros residenciais em altura superior à estabelecida no atual Plano Diretor da cidade. Esta reunião foi presidida pelos vereadores José Freitas e Lourdes Sprenger, a qual foi a proponente da pauta. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião gerada automaticamente pelo Zoom. Às doze horas e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 25/05/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Augusto Blorov dos Santos, Assessor (a) Técnico (a) de Comissão**, em 25/05/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0554428** e o código CRC **D6B626B9**.